

Abandono e infanticídio

Um estudo sobre redes de apoio e significados da maternidade

Michele Bezerra Couto de Lima¹
(Universidade Federal de Pernambuco)

O debate sobre maternidade no Brasil e em outros países constitui-se como objeto transversal na discussão suscitada por vários autores que se dedicam ao estudo de Gênero e Família. Sobretudo, a temática vem sendo amplamente discutida e recebendo maior relevância, nas últimas décadas, permeando outros setores tal como a medicina, o Estado e a mídia. A proposta de estudar o abandono e/ou infanticídio surgiu das minhas observações, juntamente com a literatura, sobre as diferentes atitudes maternas, que contradiz a idéia generalizada de um instinto inato à natureza feminina (Badinter, 1985; Del Priori, 1995; Chodorow, 2002; Garcia; Lopes 2003; Paim, 1994).

A partir de questões levantadas sobre a experiência da maternidade entre dois segmentos sociais em Recife², pude perceber que o amor materno apresenta variações de acordo com as experiências vivenciadas pela mulher no período da gestação e puerpério, mostrando-se como um sentimento variável, assim como qualquer sentimento. Entretanto, o amor da mãe por seu (a) filho (a) é visto por nossa sociedade como algo inato e instintivo, onde espera-se o momento exato para exercê-lo. Mas se este sentimento é natural, e então como explicar essas variações?

Os casos de abandono e/ou infanticídio ganham forte conotação, tanto pela violência praticada com a criança, quanto pelo fato de ter sido cometido pela mãe. A proposta aqui apresentada não pretende tomar os exemplos de abandono e de infanticídio como prova da inexistência do amor, mas investigar e compreender de que modo as relações sócio-afetivas, especialmente as convenções sociais relacionadas à maternidade e as redes de apoio, influenciam o comportamento das mães.

Este trabalho é parte de uma investigação acerca dos casos de abandono e/ou infanticídio cometidos pela mãe e veiculados na mídia brasileira no período de 2006-2008. Os estudos existentes sobre abandono e/ou infanticídio são de suma importância para subsidiar esta discussão, mas apresentam-se escassos de uma forma abrangente. Toma-se como

¹ Mestranda do curso de Antropologia.

² Projetos de iniciação científica desenvolvidos durante a graduação no curso de Ciências Sociais/UFPE

hipótese que a escassez de trabalhos sobre abandono e infanticídio, assim como a falta de divulgação dos dados que informam a respeito, deve-se à dificuldade que a sociedade ocidental tem em lidar com práticas cuja existência põe em xeque o valor moral da maternidade. Portanto, pretendo mostrar aqui os resultados iniciais da primeira etapa da pesquisa de campo.

Objeto, método e limites

Considerando a proposta deste estudo, a metodologia adotada é de caráter qualitativo. Esta metodologia permite uma perspectiva diferenciada por levar em conta os múltiplos aspectos da subjetividade dos sujeitos de forma inter-relacionada ao cenário social, possibilitando-me compreender o modo de vida das pessoas. O universo da pesquisa está delimitada aos casos de abandono e/ou infanticídio cometidos no período de 2006-2008 que foram veiculados na mídia nacional. Diante da complexidade que envolve a prática de abandono e/ou infanticídio a pesquisa de campo está dividida em duas etapas.

A primeira etapa abarca a realização de um levantamento sobre os casos que foram veiculados em jornais impressos, telejornais, Internet e a construção de uma planilha para identificar as mães e os agentes estatais envolvidos. Simultaneamente, foram realizadas visitas em Instituições e serviços que atuam no atendimento e acompanhamento desses casos, visando verificar nos processos como estão as situações das mães envolvidas em práticas de abandono e/ou infanticídio. Com a identificação da mãe foi possível também identificar sua rede de apoio, vista aqui como um fator-chave para compreender os elementos que estão presentes nesta prática.

A segunda etapa envolve a realização de entrevistas abertas e em profundidade com familiares, amigos e os agentes do Estado. A entrevista será o principal instrumento de coleta de dados e englobará temas como trajetórias afetivas, experiências da gravidez, significados de maternidade, família, políticas públicas, representações e ideologias. Pretende-se com isso entender o ponto de vista das mães sobre maternidade, afetividade, abandono e/ou infanticídio e perceber qual a visão dos agentes do Estado acerca da maternidade, da classificação dessas práticas e no acompanhamento das mães e crianças envolvidas. Prevendo a possibilidade de não encontrar as mães envolvidas e realizar as entrevistas, tomou-se como estratégia o uso da

planilha dos casos para realizar as entrevistas apenas com os agentes estatais, neste caso o uso das reportagens veiculadas será imprescindível.

Diante do que foi apresentado e dos dados coletados até o presente momento, verificou-se que no estado de Pernambuco foram veiculados na mídia uma média de 12 casos deste tipo, a nível nacional o número sobe para a média de 60 casos³ no período de 2006 a 2008. Durante o levantamento dos dados percebi que os casos, em maioria, concentram-se na Região Sudeste, especificamente em São Paulo e Minas Gerais.

Ao observar os casos de abandono e/ou infanticídio veiculados pela mídia brasileira, no período estabelecido, percebi que as mulheres-mãe envolvidas não eram, em sua maioria, primíparas, o que em um primeiro instante pode-se pensar, são mulheres jovens ou adultas com idade entre 17 e 40 anos, de classes populares e com relacionamento estável ou em processo de separação. A maioria dos casos não envolve adolescentes e o fato de ter relacionamento estável parece intrigante, uma vez que pressupõe uma rede de apoio estabelecida, levantando uma série de questões a serem observadas e analisadas no desenvolvimento da pesquisa.

Por compreender os limites da pesquisa e as questões éticas que a envolve, a abordagem é realizada através das *redes* por possibilitar o acesso a vários discursos sobre a questão, ampliando a percepção sobre as diferentes formas de ver a realidade e permitindo que o foco da discussão não seja a mãe, mas sim a situação que a motivou.

Os limites da pesquisa foram se inscrevendo na medida em que os dados sobre os casos de abandono e/ou infanticídio foram sendo levantados. Em visitas ao Centro Integrado da Criança e Adolescente - CICA, onde se localiza a 2ª Vara de Crimes contra a Criança da cidade do Recife, com o intuito de perceber como a instituição está organizada e como se dá sua funcionalidade, verifiquei que não existem estatísticas deste tipo de crime, como também não há uma divisão ou identificação mais detalhada. Porém, isto não é restrito a 2ª Vara de Crimes contra a Criança. Observei a ausência desses dados em outras instâncias públicas, tal como Secretaria de Defesa Social/PE, na 1ª Vara da Infância e da Juventude – CICA, Polícia Civil, Conselhos Tutelares do Recife e na Central de Inquéritos da Capital/Ministério Público do Estado de Pernambuco, embora este último apresente uma melhor tipificação dos crimes ocorridos em Recife. A não-tipificação dificulta qualquer tipo de estatística ou estudo sobre esses casos, podendo invisibilizar ainda mais as questões que cerceiam o problema, como

³ Está se falando em números medianos porque, apesar de uma busca minuciosa, o aparecimento da notícia sobre o tema abordado nem sempre está disponível.

também dificulta o planejamento e direcionamento de ações e políticas públicas para minimizar o abandono e/ou infanticídio.

Amor materno uma construção histórica (?)

O abandono de bebês e/ou infanticídio sempre existiu apresentando-se de forma diferenciada na história da humanidade. Esta variação se justifica e está diretamente relacionada aos modos de se pensar a maternidade e como esta se conforma com o modelo social dominante (Badinter, 1980). Como pensar que a mãe ao invés de amar, cuidar e zelar pela saúde física e cognitiva do (a) seu filho (a) cometeria tal ato?

Falar de abandono e/ou infanticídio traz à tona estas questões que se tornam necessárias e relevantes para fomentar a discussão sobre a temática abordada. Nos remete aos dogmas do instinto e amor materno, assim tornando-se imprescindível compreender como estes juntamente com as transformações na família e a estrutura do Estado estão inter-relacionadas e influenciam na construção do *self materno* e na significação da maternidade.

O amor materno, tal como hoje concebemos, começa a ser repensado a partir das mudanças referentes aos cuidados com a criança que ocorreram por volta do século XVIII. Durante esse período, como bem observamos em Badinter (1980), na França e em outros países europeus, a criança não tinha nenhum direito essencial, tal como outorgamos. As transformações que ocorreram na família juntamente com as políticas higienistas foram fundamentais para que a criança passasse a ocupar um lugar mais privilegiado, atribuindo maior relevância e visibilidade ao amor materno. A ideologia do amor materno se constituiu a partir de três discursos inter-relacionados (Estado, Igreja e Medicina), que operaram como meio de normatizar o comportamento feminino.

Durante o século XVIII, o discurso dominante acerca da imagem da mulher se transforma radicalmente, as mulheres buscavam se definir socialmente como agentes autônomas, seriam independentes e estariam próximas a esferas predominantemente masculinas. Entretanto, a possibilidade da participação da mulher nas esferas de poder, consequência de uma autonomia feminina, fez com que os homens e a sociedade por meio de valores e normas sociais as reconduzisse, habilmente, ao papel que jamais deveriam ter abandonado: o de ser mãe (Badinter, 1985).

O discurso adotado pelo Estado se volta para a manutenção e zelo da criança, que passou a adquirir um valor mercantil, visando mão-de-obra necessária para povoar suas

colônias ou para a guerra, busca garantir ao menos sua sobrevivência. Neste sentido, as famílias foram estimuladas a manter suas crianças consigo, o que poderia criar um laço afetivo entre mães e filhos (as). De forma que não se via mais na criança o estorvo que ela representava a curto prazo, mas agora a força de produção a longo prazo.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do amor materno foram as idéias de igualdade e de felicidade individual advindas do Iluminismo. Com isso, observa-se uma modificação na condição do pai, da mãe e até mesmo da criança, ocorrendo uma maior homogeneidade. Podemos dizer que foi uma mudança significativa, já que a criança saiu do anonimato, mesmo que ainda não ocupasse um lugar privilegiado, passou a ser mais valorizada e o fato de perdê-la passa a ser sentido pela família. O conceito de amor materno floresceu, passando a família a se organizar em torno da criança, principalmente a mãe (Ariès, 1981; Badinter, 1985; Therborn, 2006).

O amor materno se consolidou como ideologia reguladora da mulher, sendo esta enquadrada por uma estrutura social e política específica⁴. As transformações ocorridas com o advento do capitalismo juntamente às idéias iluministas acarretaram profundas mudanças na organização familiar⁵. Durante os séculos XVII e XVIII, pensar a mulher como mãe significa, antes de tudo, perceber que o fenômeno biológico da maternidade, sua função social e psicoafetiva, vai transformar-se ao longo desse período num projeto de Estado moderno que contava com o apoio da Igreja para disciplinar a mulher. Ela, que tinha apenas uma função biológica, assumiu o papel de educadora e passou a ter uma função social diretamente e linearmente associada pelos “laços naturais que unem mãe e bebê”. Também, sob a influência da Psicanálise e admitida por ginecologistas, obstetras, cientistas sociais e psicólogos, fora delegada à mãe a responsabilidade pelo desenvolvimento emocional dos filhos. Eles acreditavam que as mulheres possuíam um instinto maternizante ou materno, sendo natural que maternem ou devam maternas, justamente por conta da construção sócio cultural de tais “laços naturais” como justificativa evidente e suficiente para a explicação desta “necessidade” (Barbosa, 1999; Chodorow, 2002; Motta, 2001).

O desenvolvimento do culto ao amor materno teve seu apogeu nos séculos XIX e XX. Devido às condições econômicas e políticas, o homem teve que se ausentar por um tempo maior da esfera doméstica e a entregar toda a responsabilidade à mulher. O capitalismo e a

⁴ Segundo Stevens (2007) a maternidade é um dos pilares que sustentam o patriarcado e também um componente inalienável da identidade feminina – a maternidade é ao mesmo tempo, um locus de poder e opressão, auto-realização e sacrifício, reverência e desvalorização.

⁵ De acordo com Therborn (2006), as instituições familiares são padronizadas por sistemas normativos mais amplos, porém incluem variantes que são introduzidas pelo costume local.

industrialização, enquanto modelo socioeconômico em desenvolvimento neste período, caracterizaram o rompimento entre a esfera pública e privada, fazendo com que muitas feministas considerem este advento como uma mola propulsora da desigualdade de gênero. A mudança na organização de produção surgiu como um complexo de transformações e causou grandes mudanças na família e na vida das mulheres, que passaram a ter como atribuições principais o cuidado com as crianças e os homens. Surge, então, um novo tipo de família que traz consigo a ideologia do amor materno (Badinter, 1985; Del Priori, 2000; Fonseca, 2006; Rohden, 2003; Scavone, 2001).

Desde então, o amor materno é concebido como algo instintivo, inato à natureza feminina, onde se afirma que a maternidade é uma característica universal e inerente à mulher, fazendo-a parecer como um sentimento natural vivenciado por todas as mulheres independentemente da cultura⁶ ou da condição sócio-econômica. Entretanto, os pressupostos desse amor podem sofrer variações, não somente entre as mulheres inseridas em realidades sociais diferentes, mas também em discursos e normatizações sociais (Badinter, 1980).

Os sentimentos que surgem nas experiências da gravidez e da amamentação são elementos fundamentais para a construção do vínculo mãe-filho (a) e levam a uma representação naturalizante da maternagem. Essas emoções são vistas como partes constituintes da maternidade e são essenciais para que se possa compreender como se dá a construção do *self materno* e a significação da maternidade para as mulheres como meio de construção de uma identidade feminina (Chodorow, 2002).

A maternagem se tornou tão naturalizada para nós que condiciona de maneira sistemática a vida social. Em consequência, consideramos que toda mulher instintivamente deseja ser mãe e tenha que maternar. As experiências da maternagem mostram como os papéis desempenhados pela mulher adquiriram significação psicológica e ideológica, definindo com intensidade sua vida, de forma que a apresentação de nuances femininas diferentes das estabelecidas socialmente causam certo estranhamento e são difíceis de serem aceitas na cultura ocidental. As mães são vistas como educadoras, modelos morais para seus filhos e guias morais para seus maridos.

Elizabeth Badinter, em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), explicita que o amor materno é uma construção cultural e não instintiva da natureza feminina. Badinter concebe o amor materno como incerto, frágil e imperfeito, justificando as diferentes

⁶ Margareth Mead (2000), em *Sexo e temperamento*, explicita como o comportamento humano pode variar de uma organização social à outra, de forma que a padronização do comportamento constrói uma idéia generalizante de que homens e mulheres são predispostos a determinadas ações, gostos e temperamentos.

faces da maternidade no decorrer da história. Sendo assim, o amor materno pode apresentar diversas facetas no contexto social, onde as mulheres experienciam os símbolos e significados da maternidade como realidade.

Chodorow e Badinter apesar de percorrerem caminhos teóricos diferentes (psicanalítico e historiográfico) são importantes para este estudo porque as duas autoras dão subsídios para questionar o modelo de maternidade que é estabelecido socialmente e para observar o conflito que a mulher pode vivenciar ao tornar-se mãe. Nesse sentido, a literatura ajuda a compreender como a representação da maternidade está intrinsecamente relacionada às construções sócio-culturais e às práticas que definem com perspicácia uma ideologia, assumindo um discurso universalizante que é tomado como verdadeiro e determinante, que gera um modelo afetivo/normativo de maternidade intensiva⁷, levando-me perceber como a prática de abandono e/ou infanticídio como acontecimentos, onde a mãe não é o centro, mas um dos personagens de uma situação social com características específicas, na qual a rede de apoio à maternidade parece ausente.

As mudanças ocorridas na família e na sociedade contemporânea (considerando o fato de que vivemos numa sociedade que exige dos seus membros, por realização pessoal ou por necessidade econômica, a inserção no mercado de trabalho) fizeram com que o tempo disponível voltado para os cuidados com as crianças fosse reduzido e, embora não haja mais alguém com disponibilidade para tal função, ainda recai sobre a mãe a maior responsabilidade. A dupla jornada feminina faz com que ela vivencie um dilema entre o público e o privado, entre a dedicação aos (as) filhos (as) e uma atividade profissional.

A representação cultural que se tem dos sentimentos maternos transmitidos de geração em geração mostram a dedicação da mãe à prole, às vezes, levada a extremos e abrangendo capacidade de renúncia em prol da preservação e sobrevivência dos (as) filhos (as) diante dos perigos aos quais muitas vezes estão expostos (as). Porém, nem todas as mulheres estão dispostas a realizar este sacrifício em prol dos (as) filhos (as)⁸. Serão essas mães negligentes e sem amor?

⁷ Caracteriza-se por apresentar um modelo de mãe que é paciente, abnegada, dedicada, atenciosa, carinhosa, sacrificada, etc.

⁸ Quando falo em sacrifício estou colocando em referência o modelo afetivo/normativo de maternidade intensiva com os valores Iluministas de bem-estar, satisfação pessoal e individualidade.

As faces do abandono e o infanticídio

Ao dar início a este estudo percebi que a palavra abandono não é tão conclusiva quanto pode parecer, a palavra abandono tem muitos significados, sendo necessário observar suas nuances para poder caracterizar, compreender e discernir o tipo de abandono que será abordado nesta pesquisa. O envolvimento da mãe em práticas de abandono (ou em qualquer outra prática que não esteja de acordo com os valores da sociedade ocidental) suscita a discussão sobre o sentimento materno.

Assim como a maternidade, a noção de abandono varia de acordo com o sistema político e econômico dominante (Badinter, 1985; Del Priori, 2000; Motta, 2001; Stevens, 2007). O modo como conceituamos o abandono vai variar no tempo e no espaço, proporcionando vários significados. Mas o que entendemos por abandono? De acordo com o dicionário da língua portuguesa abandono pode ser entendido como o ato de deixar, largar, desamparar; desistir de; desprezar, menosprezar (Ferreira, 2000). A discussão que irei expor abaixo tem o objetivo de evidenciar os significados atribuídos ao abandono e como estes podem ser ressignificados a partir de uma minuciosa investigação do modo de vida e compreensão dos valores do grupo observado.

Maria Antonieta Pisano Motta em sua obra *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção* (2001), desconstrói o significado pejorativo que é atribuído ao termo, ressignificando-o para *entrega*. A autora leva em conta a posição da mulher para desenvolver o seu argumento que está fundamentado em torno da adoção.

“Perguntamo-nos sobre a possibilidade do exercício de seu livre-arbítrio no momento da tomada de decisão, pois temos observado que muitas mulheres que entregam seu filho em adoção nas Varas de Infância e Juventude o fazem no mesmo dia em que saem da maternidade, ainda sob os efeitos das dores decorrentes dos procedimentos adotados no parto e em pleno estado puerperal. Sabe-se que este é um momento em que a mulher tem seu estado emocional alterado por fatores os mais variados, desde os hormonais até os de dinâmica e significação emocionais mais complexas. Questionamos se quando uma mulher entrega seu filho em adoção está praticando o exercício do livre-arbítrio, pelos fatos socioculturais que podem estar exercendo seu papel” (MOTTA, 2001: 26).

Segundo Motta (2001), as mães não são atendidas em suas necessidades, falta um atendimento eficiente que possa lhes dar orientação e apoio, o qual precisa compreender a sua situação psicológica. Comumente concebemos as experiências vivenciadas na maternidade como algo estável e normal, entretanto, esquecemos que o período gestacional acarreta fortes transformações tanto física quanto emocionais para a mulher. E, ao invés de naturalizar as

experiências de uma forma homogênea, deveríamos considerar que cada fase (gravidez, parto e puerpério) possui características diferentes. Os sentimentos e sensações que surgem neste período diferem de acordo com a realidade e vivências de cada mulher, porém estamos habituados a não compreender as especificidades das coisas/partes e sim compreender o todo, generalizando os fatos sem considerar as diferenças.

Para Motta (2001), o abandono pode ser resultado da falta de direito de escolha, pois as mães que permanecessem com o (a) seu (a) filho (a), fruto de um relacionamento proibido, seriam estigmatizadas socialmente. Ela acredita que isto configura um tipo de violência sofrida pelas mulheres. Nestas situações o que está em jogo é a manutenção da honra, portanto, uma mulher que engravida ilegitimamente pode sofrer com a vergonha e o medo de ser excluída socialmente, se vê obrigada a ocultar a gravidez e logo após o parto ter que abandonar a criança. Considerando as adversidades que uma mulher pode passar ao engravidar – críticas, abandono pelo companheiro, dificuldade econômica, falta de apoio moral ou afetivo, dramas e traumas – a autora afirma que o uso do termo “abandono” a todas as situações em que a mãe se separa de seu filho se torna inadequado.

Nesse sentido, a reflexão trazida por Claudia Fonseca em *Caminhos da adoção* (2006) nos mostra que a *entrega* de um filho (a) é algo vivenciado como um sacrifício materno⁹. A *entrega* é marcada como uma prática que além de envolver questões econômicas põe em relevo as funções sociais. Explora os contornos do sistema simbólico que acabam se sobrepondo às influências da ideologia dominante e atribui uma lógica particular à circulação de crianças.

“Não é porque não são queridas que as crianças circulam – é justamente porque são muito queridas, e representam, corporificam, a idéia de família como um valor.” (FONSECA, 2006: 7)

Em um primeiro momento, pode-se pensar que a *circulação de crianças* é praticada pelos grupos populares porque as mães não querem manter seus filhos (as) próximos (as) de si. Porém, Fonseca nos adverte que “*se quisermos compreender certas práticas de grupos populares devemos desconstruir nossos conceitos morais e tentar captar a lógica do outro*”. Partindo dessa premissa, as observações da autora nos mostram que a *circulação* vai além da sobrevivência da criança. Ao falar que esta prática põe em relevo as funções sociais, ela aponta como as redes sociais podem se formar ou se consolidar a partir da *circulação*. Sendo

⁹ A idéia de sacrifício materno, explorada por Claudia Fonseca, diz respeito aos desejos maternos em benefício de outras pessoas (que fazem parte da rede de apoio).

assim, a noção de *circulação de crianças* é importante para se pensar como as redes de apoio podem estar articuladas.

“O conceito de rede social é oportuno por centrar o foco da análise não sobre os atores sociais fixados em certas posições e *status*, mas sobre a relação propriamente dita. Isto é, o conceito de rede social contribui para salientar que o valor básico da ação social localiza-se não nas preferências ou interesses dos atores sociais (individuais ou grupais), mas na relação social em si mesma: na sua morfologia, densidade, intensidade e sentido. A teoria de rede social enfatiza não o que se ganha ou se perde materialmente, mas o que circula na vida social em favor da organização coletiva. Às vezes tal circulação aparece como perda, outras, como ganho, não apenas material, mas, sobretudo, simbólico” (MARTINS; FONTES, 2008: 13-14)

A *circulação* envolve um sistema de valores, onde a relação mãe-filho (a) é um elemento que está presente, mas não o único. Observa-se que nas classes sociais populares permeia a ajuda mútua, a *circulação* tende a amenizar os custos financeiros que uma criança pode acarretar, como também consolida os laços de consangüinidade. Considerando o fato de que a mãe, em nossa sociedade, é a figura social obrigada a garantir os cuidados para a criança, os símbolos que se impõem acerca da prática da *circulação* – prestígio, prazer, sacrifício, generosidade – não questionam sua responsabilidade, pois nada impede que a criança seja cuidada por outra pessoa.

“Numa sociedade industrial urbana as pessoas não tem de depender dos seus parentes para ter acesso a algum meio de ganhar a vida. A manutenção do lar de cada família é tida como auto-suficiente economicamente; existem poucos vínculos econômicos e obrigações extrafamiliares” (BOTT, 1976, 133)¹⁰.

Esta assertiva de Elizabeth Bott é importante para que possamos entender o papel da *circulação de crianças* numa sociedade que difere da que foi por ela estudada. Suas conclusões se devem à particularidade do lugar observado, o que não pode se estender a todas as sociedades industriais urbanas. A realidade de outros países, por exemplo, o Brasil, mostra que a independência dos parentes pode ser uma característica das camadas médias, devido a sua acessibilidade a bens e serviços. No entanto, as mães de classes populares (maior parcela da população brasileira) precisam do auxílio dos parentes para obter uma maior mobilidade profissional. Tendo em vista que o Estado não proporciona políticas públicas adequadas e suficientes – criação de creches e escolas em tempo integral – para possibilitar a mobilidade

¹⁰ Para a autora a família nuclear é responsável por suas necessidades. Bott argumenta que as relações familiares perpassam uma linha tênue entre as expectativas formais institucionalizadas e as expectativas individuais. A rede social da família depende das necessidades e preferências pessoais dos membros da família em relação ao ambiente em que vivem e as normas quais aderem.

das mães que precisam e queiram trabalhar, elas têm que contar com a ajuda de seus parentes/familiares para cuidar de suas crianças.

Os casos de abandono abordados se diferenciam do que foi discutido por Motta e Fonseca porque há realmente a intenção de abandonar o bebê. Não se confundem com entrega, nem tão pouco há o sentimento de amor. Mas o que se esperar de uma mulher que se encontra, na maioria dos casos, em condições sub-humanas? Que além de estar numa miséria econômica, está mergulhada numa miséria afetiva?

A condição econômica é um fator que influencia na tomada de decisão da mãe, mas como afirma Fonseca (2006) não é o único que a determina, não pode ser usada como elemento exclusivo para justificar ou explicar o abandono. Torna-se importante considerar outros elementos que estão presentes e influenciam na ação materna para não generalizarmos e simplificarmos a complexidade que envolve cada realidade.

A sociedade urbana contemporânea diante do fato de abandono o condena e invoca uma noção de maternidade, isto se torna evidente pela presença de manuais, sobre maternidade ou como ser uma boa mãe, acompanhando cada caso noticiado. Buscando compreender o que chamamos ou classificamos como abandono, pude perceber, a partir da escassa literatura existente¹¹, que este pode assumir vários significados (entrega, negligência, circulação de crianças¹²) e que por mais precisão que se tenta ter na aplicação da lei, a realidade social evidencia diversas possibilidades de interpretação.

Levando em conta que tanto o abandono quanto o infanticídio não são assuntos fáceis, nem agradáveis de serem tratados dentro da nossa sociedade por causa dos valores que nela se impõem, o que dizer diante de uma prática socialmente condenada, mas que faz parte da cosmologia de um povo que constitui a nação? Partindo desta assertiva, exemplifico brevemente sobre a prática de abandono e infanticídio no contexto indígena, com o intuito de ilustrar e reforçar o argumento abordado aqui, de como as concepções, valores e normas sociais são formas classificatórias.

Na sociedade indígena (Yawanawa, Suruwaha, Cadieu), a prática de abandono e/ou infanticídio se dá por razões cosmológicas, demográficas, higiênicas, econômicas, por noções que envolvem as possibilidades de sobrevivência da criança ou do próprio grupo.

¹¹ Buscando me apropriar da literatura que abordasse o abandono e infanticídio indígena, percebi que quase não existem trabalhos que falassem do tema em profundidade. Como não tinha proximidade com a temática pensei em ser limitações minhas, porém ao ler o artigo de Rita Laura Segato (2007), ela diz que provavelmente só existem duas etnografias brasileiras sobre infanticídio (Kroemer, 1994 e Dal Poz, 2000), confirmando minha suspeita da escassez de trabalhos antropológicos sobre este tema.

¹² O que Claudia Fonseca chama de circulação de crianças no entendimento da lei é o abandono não caracterizado. O fato de o genitor deixar o menor com parentes, não caracteriza desamparo, mas sim o abandono.

Diferentemente do que se possa imaginar, existe uma regulação social que a determina, suas origens não são deliberativas, a presença de sentimentos e ponderações da mãe e dos parentes próximos são elementos influenciadores, mas não determinantes. A prática pode estar relacionada à incerteza da paternidade ou ao fato da mãe ter sido abandonada, em algumas sociedades indígenas um filho sem um pai social é o pior que se pode acontecer, de modo que se não houver infanticídio a criança sofre o que podemos chamar de morte social, ela passa a ser ignorada, repudiada pelos outros membros do grupo (Segato, 2007; Firth, 1998).

O abandono e o infanticídio são práticas que atravessam o tempo e várias sociedades, onde cada uma, de acordo com as suas necessidades, estabelece seus valores e normas sociais. O que para o povo “ocidental” pode parecer barbárie, horror e crueldade, não tem o mesmo significado para os povos “não-ocidentais”, as diferentes concepções acerca dessas práticas nos fazem perceber a existência de uma padronização do comportamento que “deve” ser seguida (Badinter, 1985; Benedict, 2005; Fonseca, 2006; Motta, 2001; Pedro, 2003; Rodhen, 2003; Segato, 2007).

Considerações finais

As questões aqui abordadas, sobre o amor materno, experiência e representação da maternidade, são importantes para que possamos perceber que não existe uma única rota de sentimento a ser seguida, que o sentimento materno pode assumir significados que irão variar de acordo com os processos sociais e simbólicos que são atribuídos à experiência da maternidade, evidenciando que nem todas as mães possuem o amor materno próximo do que é idealizado e valorizado na nossa sociedade (a maternidade intensiva).

As observações trazidas com a literatura chamam a atenção para a existência de uma lógica própria a cada grupo, cujas dimensões sociais, históricas e culturais influenciam nos significados da maternidade. Com isso, percebo que não se pode apontar um ou outro elemento como fator desencadeador ou determinante da prática de abandono. As redes de apoio, a pobreza, as questões políticas e ideológicas são elementos que estão presentes, porém não se pode dizer se eles irão influenciar, em maior ou menor grau, a prática de abandono.

O modo como os reguladores, operadores de justiça e a mídia entendem essas mulheres invisibiliza o sentimento das mulheres-mãe. No início da maternidade, principalmente na gestação, parto e puerpério, as mulheres experimentam emoções diferentes daquelas que são idealizadas para a maternidade. O problema é que imaginamos a

maternidade como um momento que proporciona exclusivamente alegria, felicidade, realizações pessoais, etc; é como se estivesse pré-estabelecido que a mãe está isenta de sentir raiva, tristeza, solidão, dor e sofrimento. Há uma percepção e normatização dos sentimentos, principalmente pelo discurso médico, que converte valores morais em práticas corporais capazes de naturalizar e normatizar comportamentos através de afirmações (toda mãe tem leite, quem ama amamenta) e de classificações (depressão pós-parto, estado puerperal). Desta forma, os agentes estatais compreendem o amor materno como instinto feminino e a mãe que não cuida, não zela por sua criança é uma mulher que deixa a polícia perplexa (e de mão atadas) com a maldade humana.

Inicialmente o levantamento dos casos foi realizado a partir da ferramenta da Internet, através do site da Folha Online e do Jornal do Comércio¹³, fazendo uma busca minuciosa para filtrar ao máximo as notícias veiculadas. Durante esta busca, percebi no site da Folha Online que a cada notícia veiculada sobre abandono e/ou infanticídio, encontram-se vários ícones de outras “chamadas” ou notícias de manuais/guias voltados para as mães. Estes manuais/guias trazem informações sobre como as mães devem cuidar dos (as) filhos (as) menores de cinco anos, também trazem orientações sobre como as futuras mães devem lidar com a maternidade.

O ideal de maternidade implica em modelar a figura feminina, significa naturalizar as práticas corporais e ideológicas dos discursos médico e social relacionados à maternidade. Em nossa sociedade atual, como na maioria das sociedades, as mulheres por gerarem os (as) filhos (as) são responsáveis por seus cuidados, de modo que devem adequar sua vida e sentimentos em torno da maternidade. Em nossa sociedade, isto significa que ter sua vida acima da subjetividade de ser mulher.

A experiência da maternidade é vivenciada por muitas mulheres como algo único e exclusivo. Em pesquisa anterior pude observar que muitas vezes essa experiência é cercada por sentimentos, sensações e afetos negativos, entretanto, isto não significa que as mulheres, apesar de identificá-los, os percebam como traumáticos. A existência desses afetos gera não apenas sofrimentos físicos tais como dor, enjôo, desconforto mas, também, conflitos durante o período da maternidade, principalmente na gestação, parto e puerpério. De que forma as mulheres que estão envolvidas em prática de abandono e/ou infanticídio rompem com as categorias sociais?

A realidade sócio-afetiva das mulheres envolvidas em práticas de abandono e/ou infanticídio não permite que elas possam levar adiante uma gravidez indesejada ou vivenciada

¹³ O primeiro de repercussão nacional e o segundo local.

com inúmeros conflitos (com o companheiro/namorado, familiares, dificuldades econômicas, deficiências do Sistema de Saúde), fazendo com que estas mulheres-mãe não consigam lidar com seus sentimentos e problemas vivenciados, percebem-se sem alternativas e encaram a maternidade como um problema. A maternidade torna-se um problema, a criança passa a ser o problema e o único meio de solucioná-lo sem causar danos à sua dinâmica social é através do abandono. O comportamento das mulheres envolvidas suscita uma reflexão sobre as categorias relacionadas à maternidade e este desvio ao invés de abalar a crença no mito do amor materno, reforça-o.

As análises realizadas indicam que ao focalizar as mães envolvidas em práticas de abandono e/ou infanticídio e classificá-las como criminosas estamos desconsiderando os outros atores e instituições envolvidas – como o companheiro, os agentes governamentais, as políticas direcionadas ao apoio à gravidez e à maternidade – que possuem um papel importante na construção dessa realidade.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe (1981). *História social da criança e da família*. 2ªed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro, LTC/SA
- BADINTER, Elizabeth (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BENEDICT, Ruth (2005). *Padrões de cultura*. Tradução: Alberto Candeias. Lisboa: Livros do Brasil.
- BOTT, Elizabeth (1976). *Família e rede social*. Tradução de Mário Guerreiro. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora S/A.
- CADERNOS CEPIA (1999). *Saber médico, corpo e sociedade: curso ministrado na Faculdade de Medicina da UFRJ*.
- COSTA, Albertina de Oliveira; AMADO, Tina (1994). *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- COSTA, Jurandir Freire (1999). *Ordem médica e norma familiar*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal.
- CHODOROW, Nancy (2002). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. 2ª ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Rosas dos Tempos.
- DEL PRIORE, Mary (1995). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (Org.) (2000). *História das mulheres no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, UNESP.
- _____. (Org.) (2004). *História das crianças no Brasil* 4ª ed. São Paulo, Contexto.
- DUMONT, Louis (2000). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- FIRTH, Raymond (1998). *Nós, os Tikopia*. São Paulo, EDUSP.
- FLICK, Uwe (2007). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Bokman.
- FONSECA, Claudia (2006). *Caminhos da adoção*. 3ª ed. São Paulo, Cortez.

- FRANCH, M. ; FALCÃO, Tânia Lago . *Será que elas sofrem? Algumas observações sobre Death without weeping de Nancy Scheper-Hughes*. Política & trabalho, João Pessoa, v. 20, n. abril 2004, p. 181-196, 2004.
- GIDDENS, Anthony (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, UNESP.
- ISHIDA, Válter Kenji (2004). *O estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência*. 5 ed. São Paulo, Atlas.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1996). *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras.
- MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues (2004). *Infanticídio e a morte culposa do recém-nascido*. Campinas, Millennium.
- MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, Breno (2008). *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. 2ª ed. Recife, Editora Universitária.
- MAY, Tim (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre, Artmed.
- MOTTA, Maria Antonieta Pisano (2001). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo, Cortez.
- PEDRO, Joana Maria (2003). “As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX.”, in: MATTOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo, UNESP.
- QUINTAS, Fátima (2005). *A mulher e a família no final do século XX*. 2ª ed. Recife, Massangana.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil*. São Paulo, Loyola.
- ROHDEN, Fabiola (2003). *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1979). *Emílio ou da educação*. 3ª ed. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo, Diffel.
- SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*. Cadernos Pagu, (16) 2001: p. 137-150.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy (1997). *La muerte sin llanto: violencia y vida cotidiana en Brasil*. Barcelona, Ariel.
- SEGATO, Rita Laura (2007). *Que cada pueblo teja los hijos de su historia: el argumento Del pluralismo jurídico em diálogo con legisladores*. [s.n.]
- _____. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. Mana, 2006, vol.12 n.1, p.207-236.
- SIGAUD, Lygia. “Fome” e comportamentos sociais: problemas de explicação em antropologia. Mana, 1995, vol. 1 n. 1, p. 167-175.
- STEVENS, Cristina (org.) (2007). *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- THERBORN, Göran (2006). *Sexo e poder: a família no mundo 1900 – 2000*. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo, Contexto.
- VELHO, Gilberto (2004). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.